

ACOMPANHAMENTO TÉCNICO EXCLUSIVO AO PBF

Apresentação

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil por meio de um modelo de gestão participativa que articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Ele é organizado em níveis de proteção denominados básica e especial, caracterizados pelo risco social.

Em Campo Grande – MS, a proteção social básica está sob a Superintendência de Proteção Social Básica na Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), da qual faz parte a Gerência de Gestão do Cadastro Único (GGCU) que articula as atividades pertinentes ao Cadastro Único para programas sociais do governo federal, conseqüentemente, as ações do Programa Bolsa Família – PBF.

Até agosto de 2017, a GGCU contava com equipe administrativa e de entrevistadores própria, porém o acompanhamento técnico era realizado por equipe compartilhada com a Gerência de Gestão de Benefícios Socioassistenciais (GGBS), o que comprometia a gestão das condicionalidades do PBF e o suporte técnico às equipes de referência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e enfraquecia as ações de busca ativa devido a sobrecarga de atribuições.

O impacto dessa situação evidencia-se na análise dos dados expostos do Relatório Cadastro Único e Bolsa Família no seu município de abril de 2017, haviam 467 famílias com suspensão em novembro/2016, em relação à condicionalidade da educação, no primeiro bimestre de 2017, 36.035 crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família precisavam ter a frequência escolar acompanhada, porém 33.062 foram registradas, representando 91,75%, enquanto a média nacional era de 92,57.

Diante disso, preconizando os compromissos assumidos pela gestão municipal do Cadastro Único e PBF, no que se refere à gestão das condicionalidades e maior efetividade foi implantada em setembro de 2017 a equipe técnica exclusiva da GGCU, composta por uma assistente social e uma psicóloga, estatuárias, para o atendimento das demandas apontadas.

Justificativa

O Cadastro Único é o sistema que registra as informações sobre cada família de baixa renda, identificando seus membros e condições econômicas e sociais, enquanto o PBF se constitui como uma estratégia de transferência direta de renda condicionada, cujo eixo

principal é a redução da pobreza e a promoção do acesso aos serviços públicos principalmente nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Assim, o PBF e o Cadastro Único são ferramentas importantes para garantir a melhoria das condições de vida das famílias mais pobres do Brasil, a estruturação do PBF pretende ir além de uma política redistributiva de renda e aponta as condicionalidades como elemento fundamental para se tornar uma política emancipatória definida por Silva (2002) como uma política geradora de inclusão e não de assistencialismo.

A formação de uma equipe exclusiva consolida os objetivos previstos na pactuação do município para execução das atividades do Cadastro Único e do PBF, tais como os indicadores de qualidade de gestão do Cadastro Único, bem como contempla a PNAS(2004) por configurar parte da rede socioassistencial os benefícios e a transferência de renda direta.

Assim, esta equipe com a equipe de gestão que é composta por três entrevistadores sociais e seis auxiliares sociais, executam atividades relacionadas ao Cadastro Único, especialmente ao PBF e ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, como o acompanhamento dos compromissos e metas, suporte aos procedimentos para as 26 unidades de Campo Grande que realizam o atendimento às famílias e averiguações.

A GGCU, com este suporte de pessoal, busca consolidar as premissas do PBF conforme a lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, no combate à pobreza e à desigualdade social, com intuito de proporcionar efetivo acesso a direitos básicos por meio das condicionalidades e articulação com outras ações visto que é integrado com políticas públicas diversas a fim de garantir a superação das vulnerabilidades e a intersetorialidade das políticas.

Ao tratar das condicionalidades, reitera-se que elas reforçam garantias de direitos básicos já previstos na legislação, assim como seu descumprimento não tem caráter punitivo às famílias, mas a perspectiva de inclusão social, de aumentar o nível de consciência de suas próprias possibilidades sociais.

Objetivos

De modo geral pode-se afirmar que o objetivo principal foi melhorar a gestão do Cadastro Único e PBF, a partir do planejamento de ações que elevassem os índices de gestão e acarretassem na melhor focalização dos programas vinculados ao Cadastro e no cumprimento das responsabilidades assumidas pelo município.

Dentre outros, como: acompanhar 100% das famílias em descumprimento de condicionalidade na fase de suspensão; ofertar suporte as equipes técnicas dos CRAS, com o planejamento anual de ações regionalizadas e ampliação de técnicos capacitados na

operacionalização do SICON; implantar cronograma anual de capacitação da equipe de trabalhadores envolvidos na coleta de dados do Cadastro Único visando padronizar o atendimento e qualificar as informações prestadas aos usuários; oficializar o Comitê do PBF no município com definição de atribuições e agenda anual de reuniões e auxiliar os CRAS na construção da rede intersetorial que envolve o PBF nas políticas de saúde e educação.

Desenvolvimento

A intenção de traçar novos mecanismos de ação da gestão para alavancar os resultados do PBF no município fundamenta o trabalho desta equipe técnica exclusiva na articulação dos programas socioassistenciais, na promoção de ações intersetoriais e na integração de ações antes setorializadas.

Dentre os novos procedimentos instaurados, há a coordenação do Comitê Intersetorial do PBF composto por servidoras estatutárias das secretarias de saúde, educação e assistência social com a finalidade de alcançar amplamente as famílias beneficiárias do PBF, já que o acesso aos serviços de educação e de saúde é um direito básico e fundamental para a proteção social das famílias e ao rompimento do ciclo intergeracional da pobreza.

Por meio deste Comitê tem sido promovido os Colóquios Intersetoriais do PBF nas regiões do município que apresentam maior número de descumprimento de condicionalidades, nos quais as equipes tem a oportunidade de expor suas principais dificuldades e buscar alternativas conjuntas para o atendimento dos beneficiários do PBF a fim de fortalecer a capacidade da prestação de serviço público.

Tem sido realizado desde setembro de 2017 reuniões para o apoio técnico permanente das equipes da assistência social, assim todos os técnicos de nível superior da SPSB passaram por formação específica do Cadastro Único com foco no PBF e BPC. Periodicamente se realiza apoio aos técnicos de referência destas temáticas dos CRAS e suporte técnico *in loco* com cada equipe dos 20 centros de referência do município.

Tanto o colóquio quanto o apoio configuram-se como ações complementares já que contemplam a intersetorialidade prevista nas metas do PBF e buscam objetivos específicos da Assistência Social como o acompanhamento de 100% das famílias em descumprimento de condicionalidades pelos CRAS, visto que são realizados nas áreas urbanas do município.

Os instrumentos que dão suporte a estas práticas são: as listas de descumprimento de condicionalidades filtradas por territórios de abrangência e disponibilizadas às equipes da assistência social para a realização do atendimento às famílias em descumprimento; o acompanhamento do quantitativo de repercussões nos benefícios disponível pelo Sistema de

Condicionalidades, especialmente as suspensões; a disponibilização dos nomes dos alunos com descumprimentos das condicionalidades para a emissão de cartas direcionadas às famílias pela equipe do PBF na secretaria de educação; as reuniões periódicas nas unidades com as famílias beneficiárias.

O foco da equipe exclusiva diz respeito também aos demais programas sociais do governo federal e às demandas do próprio Cadastro Único, assim para melhoria dos índices de inclusão e atualização cadastral dos beneficiários do BPC realiza-se atividade de divulgação em locais públicos e no transporte público do município, capacitação continuada para os entrevistadores sociais no intuito de garantir a qualidade e fidedignidade das informações cadastrais e busca ativa para atingir o público abaixo de meio salário *per capita*.

Desta forma, por meio dessas práticas a gestão municipal do PBF tem garantido a intersetorialidade nas ações, este é o maior ganho que a população pode receber, a realização das políticas públicas a partir da centralidade nos sujeitos, da garantia de inclusão social através do acesso a direitos e a complementariedade dos serviços públicos.

Resultados alcançados e metas definidas e quantificadas através de indicadores

A execução das atividades desta equipe exclusiva para o acompanhamento do Cadastro Único e seus programas sociais, principalmente o BPC o PBF foi planejada a partir das primeiras demandas apresentadas e tem sido traçadas novas metodologias de trabalho e novos objetivos conforme o aprofundamento dos estudos e novas metas a serem aprimoradas.

Inicialmente, conforme o Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu município de abril de 2017, observava-se que a porcentagem de acompanhamento da frequência escolar referente a condicionalidade da educação do PBF era menor que a média nacional, enquanto em novembro de 2017, atingiu o percentual de 93,7%, acima da média nacional, os dados acerca do acompanhamento das condicionalidades de saúde tiveram notório aumento de 80,03% para 86,90% nos períodos citados, ambos maiores que a média nacional.

A taxa de atualização cadastral também foi medida, de 61,78% para 75,30%, passou a ser considerado “bem focalizado e atualizado”, isso diz que o público alvo tem se concretizado na maioria das famílias que atualizaram cadastro. Outro levantamento importante do Relatório diz que a cobertura do PBF em relação à estimativa de pobreza do município era de 48,33% em março de 2017 e agora é de 90,06% - índice considerado próximo da meta.

Ao tratarmos dos objetivos específicos da Assistência Social, como o acompanhamento e atendimento das famílias em descumprimento de condicionalidades do

PBF, observa-se que em setembro de 2017 haviam 2175 famílias em descumprimento, dessas 260 tinham suspensão de benefício, em novembro eram 2090 famílias em descumprimento. O índice de descumprimento continuou em queda nas duas repercussões seguintes, em março foram 1821 famílias e em maio 1026, sendo que em maio o número de famílias com suspensão do benefício foi impressionante de apenas 80.

Em relação aos recursos financeiros repassados pelo IGD – M (Índice de Gestão Descentralizada para o município) houve um aumento significativo no índice de 0.76 em janeiro de 2017 para 0.86 em abril de 2018, conforme o mesmo Relatório.

Os dados demonstraram que o investimento na capacitação dos técnicos e entrevistadores sociais e na intersetorialidade tem melhorado o alcance do PBF e garantido a fidedignidade do Cadastro Único, ainda há desafios a serem vencidos. Mas, fica claro que a equipe técnica exclusiva para o atendimento das demandas dos programas socioassistenciais tem colaborado no alcance de metas e objetivos previstos na gestão municipal do Programa e na qualidade do atendimento à população.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Bolsa Família e Cadastro Único no seu município – Relatório. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Extraído em 14 de abril de 2017.

BRASIL. Bolsa Família e Cadastro Único no seu município – Relatório. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Gerado em 20 de maio de 2018

BRASIL. Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Presidência da República, 2004.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2005.

SILVA, José Graziano. Segurança Alimentar: uma Construção Comunitária. In: BETTO, Frei (Org.). Fome Zero: textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Registro fotográfico

